



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Às quatorze horas do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e um, após a verificação da presença e  
2 quórum, iniciou-se, pelo Sistema virtual Teams/MsOffice a **Quadragesima Quinta Reunião**  
3 **Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal –**  
4 **CBH Paranaíba-DF**. Estiveram presentes: *Poder Público*: ICMBio – Maurício Cortines Laxe (Titular) e  
5 Grahal Benatti (Suplente); *Adasa* – Hudson Rocha de Oliveira (suplente); Emater: Priscilla Regina da Silva  
6 (Titular) e Icléa Almeida de Queirós Silva (Suplente); Ibram – Leandro Salles e Ivin Martins; Sema –  
7 Patrícia Valls e Silva (Titular) e Mona Grimouth Bittar (Suplente); Seduh – Edna Aires (Titular).  
8 *Organizações Civas/Sociedade Civil*: Associação de Agricultura Ecológica – AGE - Jorge Artur Fontes  
9 Chagas de Oliveira (Titular) e Universidade Holística Internacional da Paz - Unipaz - Regina Stella  
10 Quintas Fittipaldi (Suplente); Associação dos Produtores Rurais da Reserva A – APRA – Lauro dos Santos  
11 Correia (Titular); Fundação Mais Cerrado – Denise Paiva Agostinho (Suplente); UnB – Ricardo Tezini  
12 Minoti (Titular); Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA - Ana Paula de Sousa Fernandes  
13 (Titular) e Fape-DF – Natália Cristina Chagas M. Teixeira (Suplente). *Usuários: Abastecimento Urbano,*  
14 *Coleta, Tratamento de Esgotos, Diluição de Efluentes Urbanos e Hidroeletricidade*: Companhia de  
15 Saneamento Ambiental do DF – Caesb – Carlo Renan Cáceres de Brites (Titular) e Fabio Bakker Isaias  
16 (Suplente); *Hidroeletricidade* – CEB – Priscila Paris de Mendonça (Titular) e Rodrigo Batista de Oliveira  
17 (Suplente); *Drenagem Urbana*: - Novacap – Diana Veronez (Titular) e Hilton Antonio Domingos Moreira  
18 (Suplente); *Usuário de Irrigação*: Luiz Carlos Pinagé de Lima (Titular). *Irrigação e Uso Agropecuário*:  
19 Condomínio do Sistema de Irrigação Rodeador – Cosir – Ricardo Kiyoshi Sassa (Titular); Teresa Cristina  
20 Moreira Corrêa (Suplente); Associação dos Produtores Rurais do Córrego do Cristal - Maria Selma Lima  
21 Kim; *Usos Não Consuntivos*: Federação Náutica de Brasília – FNB – Carlos Alberto de Miranda Aviz  
22 (Suplente). O Presidente, Ricardo Minoti, iniciou a reunião saudando a todos e agradecendo a presença do  
23 Presidente do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Corumbá, Veríssimo e porção goiana do Rio São  
24 Marcos no Estado do Goiás, Bruno Vicente Marques; dos representantes da ONG SERPAJUS, Maria do  
25 Rosário do Nascimento Ribeiro Alves e Luiz Alves da Silva e da representante da Adasa para a apresentação  
26 sobre a Bacia do ribeirão Santa Maria, Juliana Pinheiro Gomes. O Presidente Bruno Marques também  
27 realizou sua saudação. **I – ABERTURA DOS TRABALHOS** – 1. Verificação de presença e quórum. 2.  
28 Aprovação da Ata da 44ª Reunião Extraordinária. **II – ORDEM DO DIA** – 1. Situação da bacia  
29 hidrográfica do ribeirão Santa Maria (DF/GO): a. Histórico de ações das representações sociais para a  
30 revitalização da Bacia Hidrográfica. b. Apresentação da Adasa – monitoramento de qualidade de água e  
31 situação atual do ribeirão Santa Maria no Distrito Federal. c. Encaminhamentos. 2. Moção a Adasa –  
32 regulamentação do reúso de água no Distrito Federal. 3. Moção a Adasa – realização de estudo da qualidade  
33 da água e revitalização da BH Sobradinho. **III – INFORMES GERAIS** – 1. Situação da qualidade da água



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

34 do lago Paranoá (Adasa). 2. Solicitação de uso de recursos para o GTEA e GT PSA – Procomitês (Adasa).  
35 3. Situação do sítio eletrônico do CBH Paranaíba-DF. 4. Procomitês – Avaliação 2020 – Metas Procomitês  
36 (Adasa). 5. Plano Anual de Capacitação – Procomitês – 2021 (Adasa). 6. Situação da contratação de  
37 instituição para apoio aos trabalhos dos CBHs do DF (Adasa). 7. Ofício nº 1022/2021 – 1ª  
38 PRODEMA/MPDFT e solicitação de prorrogação de prazo ao CRH – encaminhamentos da Resolução CRH  
39 Nº 7 de 20/11/2020. 8. Organização do 4º EICOB - 2021. 9. Manifestação CBH – Audiência Pública  
40 003/2021 – Adasa. 10. GT – Educação Ambiental. 11. GT – Pagamento por Serviços Ambientais. 12. GT  
41 – Ribeirão Sobradinho. 13. Outros. O Presidente Ricardo procedeu, então, à leitura da pauta a qual constou  
42 de: **I – ABERTURA DOS TRABALHOS – 1. Verificação das presenças e quórum.** Verificou-se a grande  
43 presença de representantes das comunidades na reunião. Informações gerais quanto ao pacto de boa  
44 Convivência durante a reunião. A aprovação da ata não ocorreu devido a um problema técnico durante a  
45 gravação no aplicativo “Teams” e a conseqüente elaboração da ata. A proposta acordada foi a elaboração  
46 de uma minuta com base em informações anotadas a ser enviada a todos os membros do CBH e  
47 participantes da Reunião para suas contribuições. **II. ORDEM DO DIA – 1.** Situação da bacia hidrográfica  
48 do ribeirão Santa Maria (DF/GO): a. Histórico de ações das representações sociais para a revitalização da  
49 Bacia Hidrográfica. Com a palavra o Presidente Ricardo que responde ao questionamento do Bruno  
50 Marques (Presidente do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Corumbá, Veríssimo e porção goiana do  
51 Rio São Marcos no Estado do Goiás) ocorrido na 44ª Reunião Extraordinária do CBH Paranaíba-DF,  
52 afirmando que em função dos limites territoriais das bacias hidrográficas não respeitarem os limites  
53 geopolíticos entre o Distrito Federal e o Estado de Goiás, torna-se muito importante a articulação com os  
54 demais comitês afluentes da Bacia do rio Paranaíba, reforçando a importância da reunião que dava  
55 continuidade às discussões sobre a BH Santa Maria. Destacou que o DF herda um conjunto de problemas  
56 urbanos gerados, inclusive, pelo acelerado aumento populacional e ocupação intensiva do território por  
57 áreas urbanas. O DF tem trabalhando para minimizar esse crescimento populacional desordenado e entregar  
58 água com qualidade e quantidade desejada para a sua população e para os estados vizinhos. Entendemos  
59 que a urbanização vai continuar avançando e isso repercute na qualidade das águas distritais que são  
60 drenadas para as bacias do Corumbá e do São Marcos, no Estado de Goiás. Isso é uma preocupação para  
61 todos do Distrito Federal e o motivo de convidarmos o CBH Goiano para acompanhar as discussões sobre  
62 a BH Santa Maria é ampliarmos a nossa articulação e mostrar que o CBH Paranaíba-DF não irá se omitir  
63 quanto às discussões importantes que temos que enfrentar. O Comitê identificou um novo empreendimento  
64 imobiliário em processo de licenciamento. Entramos com um pedido de sobrestamento junto ao órgão  
65 licenciador do DF, a fim de iniciarmos uma discussão com visão integrada de toda a Bacia Hidrográfica.  
66 Começamos a discussão na última reunião do CBH Paranaíba-DF (44ª RE) e estamos dando continuidade



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

67 na reunião de hoje. Entendemos que esse é o nosso papel e que devemos chamar à atenção das diversas  
68 instituições distritais para a importância da análise integrada. É muito importante pensarmos no crescimento  
69 populacional e no que está por vir. Isso serve para alertarmos todas as instituições, Caesb, Novacap, Adasa,  
70 Terracap, Ibram, ICMBio, entre outras, para que as ações no DF, inclusive o desenvolvimento de novos  
71 empreendimentos nas bacias, devem ser planejadas de maneira integrada com a visão das bacias  
72 hidrográficas. É importante deixar claro que, diante da área de abrangência da bacia hidrográfica ocupar o  
73 território do DF e do Estado de Goiás, queremos unir os nossos esforços com o CBH dos rios Corumbá,  
74 Veríssimo e porção goiana do Rio São Marcos do Estado do Goiás. É importante que o ribeirão Santa Maria  
75 atinja classe 2 de enquadramento. Essa classe deverá ser mantida até o local onde será construída uma nova  
76 Estação de Tratamento de Esgotos da Saneago, no lado goiano. Reforço que estamos juntos com o CBH  
77 Goiano na luta para que o Ribeirão atinja essa Classe de Qualidade. Para isso, temos a intenção de  
78 aprovarmos uma moção, se essa for a vontade do CBH Paranaíba-DF, para que possamos mostrar ao Comitê  
79 do Paranaíba Federal que isso é fundamental para atingirmos um nível de qualidade que é almejado pela  
80 população situada na região a jusante da bacia, já no Estado de Goiás, nos municípios do Novo Gama e  
81 Valparaíso, para que essas populações possam recuperar os usos que dispunham, historicamente, e que  
82 almejam reconquistar na atualidade, tais como a recreação de contato primário e a irrigação de hortaliças.  
83 A discussão sobre a bacia do Corumbá no DF abrange a bacia do rio Alagado, que deságua no reservatório  
84 de Corumbá IV, futuro manancial de abastecimento humano para Goiás e para o DF e esperamos que a  
85 captação no Reservatório seja iniciada ainda em 2021. A bacia do Alagado e do ribeirão Santa Maria servem  
86 de limites para o município do Novo Gama. No Leste, o ribeirão Santa Maria divide os municípios do Novo  
87 Gama e Valparaíso. Do lado oeste, o rio Alagado divide os municípios do Novo Gama e de Santo Antônio  
88 do Descoberto. A discussão desta Reunião será voltada para a bacia do Santa Maria, mas as discussões  
89 relacionadas à bacia do Santa Maria têm repercussão, também, na situação da bacia do Alagado. A bacia  
90 do ribeirão Santa Maria nasce no DF e depois segue para Goiás. Hoje temos uma captação de água para  
91 abastecimento humano do Novo Gama que abastece 60% da população, logo na divisa entre o DF e GO.  
92 Ricardo apresentou os dados de qualidade de água relacionados ao Plano da Bacia do Paranaíba-DF, dados  
93 anteriores ao ano de 2019. Apesar dos dados apresentarem condição de classe 4 para o parâmetro  
94 Coliformes no passado, dados recentes mostram que o DF entrega água com boas condições de qualidade.  
95 Apesar de servir como manancial de abastecimento humano, apresenta uma imensa voçoroca em sua  
96 nascente gerada pelo processo de urbanização da Região Administrativa de Santa Maria (RA Santa Maria).  
97 Então, a preocupação é não deixarmos mais esse tipo de degradação ocorrer no futuro, nas bacias que  
98 nascem no DF e seguem para Goiás. A preocupação se relaciona aos esgotos e às águas de drenagem pluvial  
99 de novos empreendimentos e os possíveis efeitos cumulativos em bacias que apresentam declividade



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

100 acentuada e maior fragilidade. O projeto do Quinhão 13 foi apresentado, mas a preocupação é com o que  
101 está por vir para os próximos anos. Sabemos que a área da BH Santa Maria deverá ser intensamente  
102 urbanizada nos próximos anos. A preocupação nesse momento é com a revitalização do canal de drenagem  
103 construído para conter a expansão da voçoroca, para que não tenhamos novas degradações na Bacia. A  
104 outra questão é o esgoto. Constava no projeto, como um dos cenários, que o novo empreendimento lançaria  
105 os esgotos tratados a jusante do ponto de captação de água para o Novo Gama, em Goiás, trecho enquadrado  
106 como Classe 2 e que continua a ser utilizado pela população do Novo Gama e de Valparaíso para irrigação  
107 de hortaliças e balneabilidade. Por outro lado, a questão que deve ser analisada pelo CBH é que o esgoto a  
108 ser gerado pelo Empreendimento, e por outros empreendimentos que serão licenciados na Bacia no futuro,  
109 que deverão ser tratados na ETE Santa Maria ou ETE Gama, sobrecarregue a bacia do rio Alagado. Todas  
110 essas questões reforçam a importância de que cada novo empreendimento imobiliário a ser desenvolvido  
111 nessa região da bacia do Corumbá no DF seja analisado de maneira integrada em relação aos territórios das  
112 bacias hidrográficas. Após a contextualização inicial, a palavra foi passada à Maria do Rosário do  
113 Nascimento Ribeiro Alves, representante da ONG SERPARJUS. O SERPAJUS fica situado no bairro  
114 Pedregal, Município do Novo Gama (GO), e apresenta uma atuação na recuperação da bacia do ribeirão  
115 Santa Maria tanto em Goiás como no DF. Rosário iniciou a apresentação sobre o histórico do projeto de  
116 recuperação do ribeirão Santa Maria no DF. Chamou à atenção para a área da voçoroca, localizada na região  
117 da nascente do Ribeirão, no DF, área que exige maior esforço de recuperação no momento. Informou se  
118 tratar de uma área extensa, onde a degradação afetou consideravelmente a qualidade da água na Bacia em  
119 diferentes momentos. Apresentou fotos de 1984 relatam como era a área antes da degradação gerada pela  
120 voçoroca. A comunidade usava o Ribeirão para o lazer. Em 1996 as imagens mostram que ainda existia  
121 uma condição do ribeirão Santa Maria que propiciava usos recreativos. Contextualizou o movimento “Água  
122 para todos”, ocorrido entre 1985 e 1988, voltado à disponibilização de água para o abastecimento da  
123 população do bairro do Pedregal. O movimento propiciou o início da captação de água no Ribeirão para  
124 abastecer a cidade do Novo Gama que, até então, ainda não dispunha de água encanada. Foi realizado um  
125 estudo e verificou-se que o ribeirão tinha capacidade para abastecer a cidade. Em 2001, com a construção  
126 da quadra 516 de RA de Santa Maria Norte, ocorreu o início da degradação da região da nascente do  
127 Ribeirão. Na época a comunidade começou a se mobilizar, pois começou a ficar sem água para o  
128 abastecimento. A construção dessa área da RA de Santa Maria foi planejada, pois recebeu autorização do  
129 Governo Distrital, mas não houve o planejamento adequado para as questões ambientais e preservação da  
130 nascente do Ribeirão. Além disso, também existiam os areais. Lugar onde pessoas coletavam areias e  
131 vendiam para a construção da Santa Maria e residências do Céu Azul, Pedregal e Valparaíso. A partir daí,  
132 a comunidade percebeu a necessidade de preservar o Ribeirão que era essencial para o Novo Gama. A



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

133 mobilização da comunidade contou, sempre, com o apoio da Universidade de Brasília na realização de  
134 variados estudos. A comunidade entrou em contato com representantes de várias instituições dos poderes  
135 públicos. Na época, a Saneago informou que houve uma diminuição da vazão, alteração da qualidade da  
136 água do Ribeirão e, na sequência, foi o Estado de Emergência pela Prefeitura do Novo Gama. A partir desse  
137 momento o movimento organizou junto aos vereadores municipais uma petição para o Ministério Público  
138 para que houvesse a descontinuidade da captação pela Saneago. Daí, o SERPAJUS iniciou um projeto  
139 chamado “O meio ambiente é o meio da gente”. Rosário informou que partiu do SERPAJUS a iniciativa de  
140 reunir a comunidade e correr atrás dos órgãos competentes para que o projeto para a revitalização do  
141 ribeirão Santa Maria, no DF e em GO, fosse iniciado. Em 2002 foram realizados eventos na sede do  
142 SERPAJUS, entre eles o 1º e 2º encontros em defesa do Ribeirão, com a presença de vários deputados.  
143 Realizaram mutirões com a comunidade para o plantio de árvores ao longo de toda a BH do ribeirão  
144 Sobradinho voltados à recuperação do ribeirão, visitas à voçoroca, vistorias. Em 2003 foi realizado o  
145 “Fórum do Entorno Sul em Defesa do Meio Ambiente” e no mesmo ano realizaram o “5º Encontro do  
146 Movimento em Defesa das Águas”. O movimento era coordenado, na época, pela UnB e a Câmara  
147 Legislativa do DF, pelo mandato do Deputado Chico Floresta. A mobilização passou a ocorrer, também,  
148 no Novo Gama. Em 2004 realizaram um curso de capacitação dos professores da rede pública com o intuito  
149 de conscientização sobre a questão do Ribeirão. Foi um curso de 6 meses, coordenado pela professora Leila  
150 Chalub-Martins da Faculdade de Educação da UnB. Em 2014, baseado no mestrado do Luís Alves, o  
151 Serpajus elaborou um novo projeto, intitulado “Projeto do Ribeirão Santa Maria e suas Nascentes”. Desde  
152 2014 a ONG tem desenvolvido esse projeto nas escolas do município do Novo Gama e em algumas escolas  
153 de Santa Maria/DF e, mais recentemente no formato virtual. Nesse curso são trabalhados temas relativos  
154 às questões hídricas, produzem mudas com as crianças e sempre o curso termina com o plantio dessas  
155 mudas as margens do ribeirão Santa Maria em parceria com a Secretária de Educação do município de  
156 Novo Gama. Em 2016 foi realizado o plantio de 700 mudas na região da cabeceira, margeando a voçoroca.  
157 Porém um chacareiro ateou fogo na plantação. Fizemos uma denúncia, entramos com uma petição no  
158 Ministério Público do DF. A partir dessa petição fizemos em conjunto com o MP uma vistoria em 2017,  
159 ilustrada com fotos na apresentação. Constataram que a devastação ocorreu no lugar onde foi realizado o  
160 plantio das mudas. Desde 2018, e até mesmo em 2021, durante a Pandemia, o Serpajus conseguiu plantar  
161 2.860 mudas para a recuperação da BH Santa Maria. Com a participação de estudantes e pessoas da  
162 comunidade e o apoio da administração da Santa Maria, igrejas e várias associações. De 2001 até 2021  
163 chegaram a plantar cerca de 30 mil mudas. Rosário apresentou fotos comparando a situação da área da  
164 voçoroca, no DF, no ano de 2001, totalmente degradada, e imagens atuais. A mudança foi notável. A ação  
165 partiu exclusivamente da organização da sociedade e não do Governo do Distrito Federal ou da prefeitura



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

166 de Novo Gama, embora em alguns momentos ocorreu o apoio da RA de Santa Maria. O movimento luta  
167 pelo ribeirão Santa Maria porque dele depende a sobrevivência da população do Novo Gama. A palavra foi  
168 passada ao Luiz Alves da Silva, outro representante da ONG SERPARJUS, a fim de complementar a  
169 apresentação. Luiz reforçou que o Serpajus luta há mais de 30 anos para a recuperação da bacia do ribeirão  
170 Santa Maria, que dispõem de um conhecimento aprofundado de todos os usos que ocorrem na bacia que  
171 geram impactos no Ribeirão. Trata-se de um corpo hídrico que nos alimenta mais de 60% da população do  
172 Novo Gama. Do lado oeste do ribeirão, no DF, o ribeirão está com suas áreas sendo intensamente ocupadas.  
173 A tendência é que toda a área das margens direita e esquerda do Ribeirão sejam ocupadas nos próximos  
174 anos. Serão construídos verdadeiros vergalhões de moradia e urbanismo, afetando e impactando a  
175 sobrevivência do Ribeirão. Não temos nenhuma objeção à construção dos projetos de moradia, econômicos  
176 e imobiliários, desde que não venham a afetar e destruir a existência do ribeirão. Temos que ter muito  
177 cuidado com todos os impactos que poderão ser gerados não apenas nesse corpo hídrico, mas em toda a  
178 bacia do rio Corumbá. Esses impactos repercutirão na saúde e qualidade de vida dos moradores do Distrito  
179 Federal e dos municípios de Goiás. O objetivo principal é que esses projetos possam ser desenvolvidos  
180 dentro das normas de planejamento urbano e atendendo a todas as condicionantes ambientais e sociais, e  
181 que os recursos destinados desses empreendimentos para a compensação sejam destinados à preservação  
182 do ribeirão Santa Maria e a construção de um Parque Longitudinal, essas são as nossas reivindicações. O  
183 Parque Longitudinal tem a finalidade não só de recuperar, preservar e manter o Ribeirão, mas também  
184 beneficiar a sociedade. A previsão é a de que serão aproximadamente 500 mil pessoas beneficiadas. Se  
185 pegarmos a população do Novo Gama, Santa Maria, Valparaíso e adjacências, incluirmos a população que  
186 irá habitar a área no futuro, temos uma população muito grande. A criação de um parque tem como  
187 finalidade a prestação de serviço socioambiental para a população presente e futura. Não temos o direito de  
188 divergir sobre essas questões. O ribeirão é histórico. Assim, quem quiser saber mais sobre essa história,  
189 basta ler sobre Paulo Bertão, Professor aposentado da UnB e já falecido. O ribeirão tem um papel essencial  
190 e vital para a qualidade de vida da população do Novo Gama e de Valparaíso. Nosso objetivo principal com  
191 essa luta para preservar o Ribeirão é para que seja construído esse parque. Sem o parque a população da  
192 região não terá qualquer relação com o corpo hídrico. Com a criação do Parque todas as partes ganham,  
193 inclusive os empreendedores imobiliários, a partir da valorização da área. Ao lado do Goiás temos uma  
194 série de problemas. Na área de compensação virão recursos não só aos projetos de moradia construídos ao  
195 lado do Distrito Federal, mas também ao lado do estado de Goiás, com a construção das novas ETA e ETE.  
196 Todos esses recursos podem muito bem serem destinados para o encaminhamento das soluções, sejam  
197 curto, médio e longo prazos, na solução dos problemas históricos relacionados à ocupação da Bacia,  
198 principalmente pelos problemas ocasionados com o surgimento da área de Santa Maria. A palavra foi



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

199 passada à Rosário Ribeiro que concluiu a apresentação do SERPAJUS dizendo que o objetivo da  
200 manifestação da ONG no CBH Paranaíba-DF foi a solicitação do atendimento de 4 pontos principais: 1.  
201 Apoio do CBH Paranaíba-DF para a recuperação da área da voçoroca e das nascentes do ribeirão Santa  
202 Maria no DF, com o retorno da qualidade de água ao nível 2. 2. Recuperação e proteção da área de APP no  
203 DF, área de Proteção de Manancial que não está sendo preservada. 3. Criação de parque longitudinal para  
204 a proteção de APP. 4. Apoio do CBH Paranaíba-DF na criação do parque longitudinal na área de Goiás, para  
205 que os municípios de Valparaíso e Novo Gama possam desfrutar da mesma condição e proteção de área  
206 verde que poderá ser desfrutada no DF caso o Parque venha a ser criado. Rosário citou a fala do Bruno  
207 Vicente Marques, Presidente do CBH Corumbá, Veríssimo e porção goiana do São Marcos/GO, que ainda  
208 estamos muito atrasados em relação as políticas ambientais. Por isso Rosário completou que vieram pedir  
209 ajuda, socorro, ao ribeirão Santa Maria e suas nascentes. Com a palavra o presidente Ricardo que agradeceu  
210 a participação do SERPAJUS e à apresentação do histórico de lutas realizado pela ONG, parabenizando os  
211 trabalhos realizados. Na sequência a palavra foi passada ao Bruno Vicente Marques, que parabenizou o  
212 trabalho da Rosário e do Luiz, que estão há mais de 30 anos lutando pela preservação do ribeirão Santa  
213 Maria. Estamos entregando o nosso plano de bacias e o produto anterior à consolidação é o enquadramento  
214 ao nível 2 de qualidade, pois a região do DF gera muitas preocupações, pois uma parte dos rios dificilmente  
215 serão enquadrados em classe dois, pois a maioria é classe 3 ou 4. Então acende um alerta quando vemos a  
216 expansão urbana como foi citado pela Rosário e o Luiz. Indústria, comércio, mercado imobiliário e  
217 construção civil são os quatro mercados que avançam e o resto ficam só com as migalhas. Salienta a  
218 importância quanto aos domínios de territórios. A palavra foi passada ao Presidente, Ricardo Minoti, que  
219 colocou que a luta é conjunta, do Comitê Federal e demais comitês, órgãos gestores e instituições públicas  
220 que trabalham dia a dia nesse território. Temos uma boa perspectiva quanto essa bacia, como foi colocado  
221 pelo Patrick Thomas, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico em conversa telefônica. Já foi  
222 outorgada a construção da ETE pela Saneago que vai coletar e tratar todo o esgoto dos municípios goianos  
223 e talvez, até mesmo, do DF. De qualquer forma isso não vai bastar. Nós, no DF, o máximo que podemos  
224 fazer é fomentar essa discussão que está ocorrendo e encaminharmos as demandas sociais para que o Poder  
225 Público Distrital dedique especial atenção à Área de Proteção de Manancial que se localiza em toda a área  
226 da Bacia situada no DF. O CBH Paranaíba-DF já realizou algumas reuniões voltadas a essa questão,  
227 inclusive com um dos proprietários das terras situadas em toda a margem direita do Ribeirão no DF. Esse  
228 proprietário está disposto a apoiar os projetos de revitalização da Bacia. Mas o esforço deve ser conjunto e  
229 contínuo, tem de ser um projeto de revitalização da Bacia nas duas unidades da Federação como está sendo  
230 proposto. A parte de revitalização é uma responsabilidade nossa aqui do DF para a proteção dos Mananciais  
231 e recuperação da área da voçoroca, um passivo da ocupação urbana no DF. Precisamos atuar para proteger



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

232 a área de APP do Ribeirão aqui no DF. E devemos apoiar a ideia de criação do Parque Longitudinal. Na  
233 sequência o Presidente passou a palavra à Juliana da Adasa a fim de trazer uma apresentação sobre a  
234 qualidade da água do ribeirão Santa Maria que o DF está entregando para o Estado de Goiás. Com a palavra  
235 Juliana que cumprimenta os membros do comitê e inicia sua apresentação. Monitoramento da qualidade da  
236 água na unidade hidrográfica de Santa Maria. O enquadramento dos corpos hídricos no DF foi baseado nas  
237 resoluções do CRH-DF nº 1 e 2/2014 e o ribeirão Santa Maria é enquadrado como classe 2. E como esse  
238 enquadramento de acordo com os usos para o qual foi destinado o ribeirão. Com classe 2 é destinado à  
239 proteção de equilíbrio natural das comunidades aquáticas, proteção das comunidades aquáticas, recreação  
240 de contato primário, aquicultura, abastecimento para consumo humano, desde que haja um tratamento  
241 convencional, recreação de contato secundário, pesca, irrigação de hortaliças e frutíferas, dessedentação de  
242 animais navegação, harmonia paisagística. O ribeirão é enquadrado como classe 2. Trouxe essa introdução  
243 para que todos tenham o entendimento de qual é o objetivo do monitoramento da qualidade da água. Esse  
244 monitoramento tem como objetivo avaliar a compatibilidade da água do ribeirão com os usos para o qual  
245 foram destinadas. Ou seja, a compatibilidade com o enquadramento. Hoje a Adasa tem uma rede ampla de  
246 compatibilidade que abrange todo o DF e na unidade hidrográfica do Santa Maria, temos um ponto  
247 localizado no ponto de entrega da unidade hidrográfica para o estado do Goiás que chamamos de ponto de  
248 controle ou exutório da bacia. Esse monitoramento é realizado trimestralmente e venho apresentar esses  
249 dados consolidados do período de 2015 a 2021. Uma primeira análise sobre a demanda bioquímica de  
250 oxigênio e o oxigênio dissolvido. O destaque desses dois parâmetros vai nos apresentar uma análise da  
251 concentração, ou seja, da quantificação de matéria orgânica presente no corpo hídrico. A demanda  
252 bioquímica de oxigênio, quanto maior, pior. Pelo enquadramento, o valor de referência para a classe 2  
253 estabelecida pela CONAMA 357/2005 é de que a concentração da DBO seja inferior a 5mg/L. Observa-se  
254 que as coletas naquele ponto mostrado no mapa, todas elas apresentaram uma concentração inferior a 5, ou  
255 seja, atendendo o estabelecido pelo enquadramento. O oxigênio dissolvido já é uma outra análise, quanto  
256 maior, melhor. o valor de referência que nos traz a CONAMA para corpos hídricos enquadrados como  
257 classe 2, superior a 5mg/L, então observa-se que nas coletas de 2015 a 2021 todas atenderam ao estabelecido  
258 pela resolução CONAMA. Avaliando um pouco mais os dados de monitoramento, temos os indicadores. A  
259 Adasa hoje apresenta 2 indicadores que é o Índice de Qualidade da Água, que é o indicador de matéria  
260 orgânica na água, que leva em consideração cerca de 9 parâmetros, para obter a avaliação da condição e no  
261 período de 2015 a 2021 que são coletas trimestrais, observa-se uma prevalência da condição boa e ótima  
262 desse ponto do ribeirão. O outro indicador, índice de conformidade ao enquadramento-ICE, é um indicador  
263 que avalia o quão o corpo hídrico está apresentando dados que estão mais próximos ou mais afastados do  
264 enquadramento, ou seja, da classe 2. Esse indicador leva em consideração um conjunto de cinco parâmetros.



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

265 É um indicador apurado anualmente é nessa apuração anual, verifica-se que houve uma variabilidade  
266 regular afastado, mas que nos 2 últimos anos, 2019 e 2020 o ICE mostrou uma condição como adequada.  
267 Ou seja, onde a qualidade da água apresenta pequenos desvios onde não tem enquadramento. Acho que é  
268 importante termos o conhecimento que essas variações dos parâmetros em si dos indicadores de qualidade  
269 é algo que é possível de ocorrer, algo comum em função da dinâmica de uso e ocupação do solo e  
270 consequentemente da poluição difusa gerada com a ocupação urbana. O que não pode acontecer é que essa  
271 condição se torne permanente, por isso, a importância da continuidade do monitoramento e a apuração  
272 desses indicadores para que a gente avalie o comportamento do ribeirão ao longo do tempo. Os dados de  
273 qualidade do DF, não só do ribeirão Santa Maria, estão disponíveis para a sociedade no sistema de  
274 informações de recursos hídricos. Lá temos os dados e os indicadores no qual vocês mesmos podem ter  
275 acesso. Os dados disponíveis podem ser comparados aos valores estabelecidos. Temos um panorama no  
276 ponto de entrega do Ribeirão. Com a palavra o Ricardo que pergunta se existem dúvidas sobre a  
277 apresentação. Ricardo colocou que foi observada uma melhora significativa na qualidade da água na saída  
278 do DF ao longo dos anos. Com a palavra o Luíz, colocou que acompanhou o enquadramento dos indicadores  
279 nos corpos hídricos no CONAMA em 2005 e, enquanto cidadão, lamenta o instrumento quando não visa  
280 uma melhoria da qualidade, quando apenas mantém uma margem cômoda para a geração da poluição. Com  
281 a palavra o Ricardo disse que agora o comitê de bacias está com todas as informações sobre o histórico da  
282 bacia, o trabalho que a gestão vem realizando no DF e o histórico de lutas sociais pela recuperação do  
283 Ribeirão. O principal movimento é do Novo Gama, então é o Goiás vindo no DF fazer essas solicitações  
284 para recuperar essa voçoroca. Fomos informados de que no ano passado uma criança cadeirante chegou a  
285 cair nessa voçoroca, então é uma área perto da região urbana. Temos uma preocupação com isso e,  
286 consequentemente, com a manutenção desse canal de águas pluviais frente aos novos empreendimentos e  
287 a manutenção do canal para que não tenhamos novos problemas. A segunda preocupação é com as cargas  
288 dos novos empreendimentos, as cargas de esgotos que vão ser geradas. Temos o conhecimento dos impactos  
289 que o aumento das cargas de poluição pode gerar na BH do ribeirão Santa Maria. E, com o direcionamento  
290 das cargas para a bacia vizinha, estaremos levando as cargas para a bacia do rio Alagado, cargas que irão  
291 atingir nosso futuro manancial de abastecimento humano, o Reservatório de Corumbá IV, requerendo ainda  
292 tratamentos com níveis mais elevados pela Caesb, repercutindo na necessidade de mais recursos para o  
293 controle da poluição nessas bacias. A terceira questão é a proteção em área de APP, a Área de Proteção de  
294 Manancial da BH do Ribeirão Santa Maria no DF. A motivação do CBH Paranaíba-DF em discutir e apoiar  
295 as ações para a recuperação e o acompanhamento cuidadoso dos novos empreendimentos imobiliários está  
296 colocada. Ricardo solicitou ao Bruno Marques, presidente do CBH Goiano, que abrace também essa causa  
297 na busca pela melhoria das condições do ribeirão Santa Maria no lado Goiano, a fim de favorecer os usos



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

298 requeridos pelos dois municípios, Novo Gama e Valparaíso, que utilizam as águas desse corpo hídrico até  
299 os dias atuais para fins não compatíveis, atualmente, com a qualidade da água observada em Goiás. Ricardo  
300 propôs, como encaminhamento, a aprovação de uma moção do CBH Paranaíba-DF a ser encaminhada ao  
301 CBH Paranaíba Federal e também para a ANA, Saneago, Caesb e todas as instituições distritais. Com a  
302 palavra Bruno que colocou que o caminho seria a elaboração de duas moções, uma de cada comitê, em  
303 apoio às solicitações. Com a palavra Fábio Bakker, que apoiou as questões postas para o comitê. Indicou a  
304 importância de congregação dos órgãos responsáveis, pois temos parâmetros para endereçar os problemas,  
305 e fazemos uma moção, deliberar e mostrar caminhos, o papel mais importante do comitê nesse processo é  
306 endereçar mesmo, é ajudar no desenho dessas soluções. Disse que no Comitê Federal temos um rito para  
307 desenvolver essas moções, encaminhamos para câmara técnica e a Câmara técnica faz a proposta da moção.  
308 Chega um assunto, discutimos, encaminhamos para a câmara técnica e a câmara técnica desenha a minuta  
309 da moção o comitê aprova e encaminha. Colocou que não tem ciência se existe esse rito aqui no CBH  
310 Paranaíba-DF, mas sugeriu encaminhar para a câmara técnica do CBH os itens que se deseja e a CT desenha  
311 a moção e devolve para a plenária para podermos fazer os encaminhamentos. Com a palavra Bruno que  
312 concorda com a colocação de Fábio acrescentando que o encaminhamento faz para a CTI, pois que está na  
313 coordenação sou eu e fica bem mais fácil de termos todas essas questões que movem Goiás e DF. Com a  
314 palavra Ricardo que lê a mensagem de Hiltton Moreira da Novacap que diz: “a visão que a NOVACAP  
315 tem é de que é necessário que seja elaborado um projeto que segregue as áreas que contribuem para o canal  
316 de forma a se realizar o amortecimento das vazões de pico antes de lançá-las no canal hidráulico de Santa  
317 Maria. Assim, propiciaria a suficiência hidráulica ao referido canal. Uma dificuldade seria a locação desses  
318 dispositivos (reservatórios) que realizam o amortecimento das vazões de pico.” Foi um pouco do que foi  
319 abordado aqui quanto ao novo empreendimento, a adoção dessas medidas já sabemos que são as mais  
320 modernas, contrarias ao antigo modelo de reter um pouco essas águas para que não cheguem de uma vez  
321 nesses canais. Em votação realizada via chat ficou definida a instituição do ritual e o encaminhamento dos  
322 textos das moções para a câmara técnica. A solicitação para a elaboração da Moção relacionada à bacia do  
323 ribeirão Santa Maria seria encaminhada para a CT. Dando sequência à pauta, o Presidente Ricardo, discutiu  
324 a data da próxima reunião ordinária, visto que é necessário ter duas reuniões ordinárias no ano e não tivemos  
325 nenhuma. Propondo para 30 de setembro e 04 de novembro, sendo ambas quinta-feira pela tarde. Foi feita  
326 a votação pelo chat onde ninguém se opôs as datas sugeridas pelo Presidente. **2. Moção a Adasa –**  
327 **regulamentação do reuso de água no Distrito Federal.** O Presidente argumenta que na reunião passada  
328 foi aprovada a moção para a Adasa quanto a regulamentação do reuso de água do Distrito Federal e a  
329 realização de estudo da qualidade da água e revitalização da BH Sobradinho. Porém, propôs ao colegiado  
330 para que fosse encaminhada para a CT para que na próxima reunião ordinária fossem discutidas e aprovadas



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

331 essas moções. Posto em votação todos os membros concordaram quanto ao encaminhamento do texto.  
332 **INFORMES GERAIS – 1. Situação da qualidade da água do lago Paranoá (Adasa).** Com a palavra  
333 Hudson da Adasa que explicou que quando ocorreu o evento, foram coletadas várias amostras de água no  
334 ponto onde aconteceu o incidente. Vale ressaltar que regularmente a Adasa faz a coleta de água no lago  
335 Paranoá, o monitoramento como explicado pela Juliana. Visamos sempre o enquadramento numa  
336 periodicidade maior, de 3 em 3 meses. Neste dia, quando ocorreu o evento, a Adasa solicitou que uma  
337 equipe de campo fosse até o local e fizessem a coleta de várias amostras de água para conseguir identificar  
338 as causas da morte dos peixes e que os resultados das análises não indicaram nada de anormal. Identificamos  
339 que o lago Paranoá recebe muita poluição difusa das águas de drenagens e tudo mais. Os parâmetros que  
340 conseguimos analisar que estiveram fora da resolução CONAMA 357 foram os coliformes termotolerantes  
341 que em alguns pontos é tolerante por causa da poluição difusa. Fora isso, nada foi encontrado e não se  
342 identificou o foco exato. Com a palavra Ricardo que complementa dizendo que a mortandade de peixes por  
343 ter ocorrido em uma região específica ou pode ter sido algo maior que isso. Com isso vemos a importância  
344 de termos recursos para as pesquisas e a Universidade realizando também outros monitoramentos, para  
345 aumentarmos o nível de um sistema que é tão importante para o DF. Estamos a dois anos sem recursos de  
346 pesquisa, tanto federais como distritais e não temos conseguido manter o monitoramento referente às  
347 pesquisas nem no lago Paranoá e nem no reservatório do Descoberto. Com a palavra Carlos Aviz que  
348 pergunta: gostaria de saber se houve alguma providência nas fotos encaminhadas ao Ricardo, porque depois  
349 verificando encontrou muitas algas concentradas no meio do lago Paranoá. Parece que as fotos  
350 encaminhadas são de algas poluídas. Com a palavra Ricardo que responde que a Caesb monitora  
351 intensivamente o lago e solicita informações aos membros da Caesb presente na reunião. Com a palavra  
352 Renan da Caesb que diz ter conversado com o laboratório da Caesb e esse monitoramento qualitativo das  
353 algas e cianobactérias é feito semanalmente. Essa coleta é feita da seguinte forma, eles jogam uma rede e  
354 as algas se concentram ali, daí o biólogo dá um alerta para saber se está caracterizando floração de  
355 cianobactérias ou não. De fato, é possível ver alguns pontos no lago com cianobactérias, mas na análise do  
356 pessoal não se caracteriza esse tipo de floração. É um evento característico da época do ano porque está  
357 calor. Em lugares que tem formação de remanso e lançamento de esgoto clandestino, dá pra ver, mas em  
358 termos de laboratório não existe nada do tipo. Quem está acostumado a ir ao lago nadando ou navegar já deve  
359 ter visto. Hoje temos um cenário bem diferente de 2016, que no meio do lago existia uma concentração  
360 clara, não é o caso agora. Na bacia do iate muitas pessoas já viram e está chamando a atenção. Estamos  
361 acompanhando, mas não é nada que precise de um alerta. Com a palavra Ricardo que complementa dizendo  
362 que o lago Paranoá é um exemplo de recuperação de ambiente aquático no Brasil, mas é um Lago que é  
363 frágil e por esse motivo podemos ter florescimentos de cianobactérias, a depender das condições e cargas



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

364 aportadas, que são espécies consideradas “ruins” para a qualidade da água. Ricardo solicita ao Carlos, que  
365 está com mais frequência nos clubes, que se identificar a ocorrência de florescimento de algas e  
366 cianobactérias além das áreas de remanso, que traga essas informações ao grupo. **2. Solicitação de uso de**  
367 **recursos para o GTEA e GT por serviços ambientais Procomitês (Adasa).** Ricardo colocou que a  
368 Diretoria do CBH realizou uma solicitação para a Adasa de utilização dos recursos do Procomitês para o  
369 apoio aos trabalhos do GTEA e do GT de Pagamento por Serviços Ambientais. Mas o CBH não recebeu  
370 qualquer retorno da Adasa. **3. Situação do sítio eletrônico do CBH Paranaíba-DF.** Com a palavra o  
371 Presidente que explicou que no início do ano, quando a equipe da CABH Adasa foi desestruturada, a equipe  
372 que apoiava os comitês, após algumas semanas o site do CBH passou a apresentar alguns problemas.  
373 Lembrou que foi realizado, nos anos anteriores, um grande esforço para renovação do Site. Até o início do  
374 ano estávamos com os trabalhos da CABH Adasa com informes mensais no site do comitê. Estávamos  
375 nesse trabalho de comunicação, pois o comitê é um colegiado que visa trazer a sociedade a participar. No  
376 ano passado tínhamos 5 pessoas da equipe da CABH Adasa trabalhando para apoiar os comitês, a Secretaria  
377 Executiva dos CBHs. Uma das pessoas era o João, servidor da Adasa e especialista em TI, que foi quem  
378 estruturou o site dos comitês. Ocorre que agora não temos mais ninguém este ano para o apoio em TI.  
379 Acontece que estamos tendo um apoio básico agora, com a Letícia gravando e fazendo a ata das reuniões.  
380 A nossa base de dados está nos computadores da Adasa, e a partir de março ou abril que foi quando voltamos  
381 a ter um ponto focal na Adasa que ia ajudar os comitês, passamos a ter acesso aos nossos dados. Estamos  
382 desde o início do ano com nosso site fora do ar e isso tem um impacto muito grande. Uma das questões é  
383 que temos a obrigação de disponibilizar para a sociedade os nossos documentos, deliberações, moções a  
384 ata das reuniões. Temos também a obrigação de avisar a sociedade sobre a realização das reuniões, nossas  
385 reuniões são públicas. Nos últimos meses fortalecemos nossas reivindicações com a Adasa sobre a questão  
386 do Site e o Israel repassou essa demanda ao serviço de TI da Adasa e eu entrei em contato com eles. Ocorre  
387 que, nos foi repassado que esse site está com um domínio privado e eles não teriam como manusear o site.  
388 Arguntei que esse era um site de um colegiado do Estado e quem tem a função de dar apoio aos comitês  
389 nesse momento era a Adasa. Eles conseguiram o levantamento da senha e, por fim, disseram que o site foi  
390 construído em uma plataforma diferente da utilizada pela Adasa. Solicitaram, também, o código de  
391 desenvolvimento do site. Ricardo informou que no estatuto do comitê, em seu capítulo VII, das reuniões e  
392 procedimentos, consta que “Art. 21. As reuniões ordinárias e extraordinárias do CBH PARANAÍBA-DF  
393 serão públicas, dando-se à sua convocação ampla divulgação por meio eletrônico, redes sociais e sítio  
394 eletrônico do CBH PARANAÍBA-DF;”. Ricardo disse que para que o regimento seja atendido, é necessário  
395 que o site esteja em pleno funcionamento. Nas últimas reuniões não foi possível realizar a divulgação que  
396 é demandada pelo regimento. A Diretoria do CBH tem realizado a divulgação por outras formas,



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

397 mobilizando a sociedade a partir de e-mails. A Diretoria entende que é a Adasa, como Secretaria Executiva  
398 do CBH, a responsável por resolver essa situação. Sem o apoio não é possível cumprirmos o regimento do  
399 CBH. Necessitamos que o site volte a funcionar e que possamos fazer as divulgações necessárias e que a  
400 sociedade possa ter acesso aos documentos dos comitês. **4. Procomitês – Avaliação 2020 – Metas**  
401 **Procomitês (Adasa) e 5. Plano Anual de Capacitação – Procomitês – 2021 (Adasa).** Ricardo diz que  
402 existe uma preocupação, pois existia um apoio da CABH Adasa, tínhamos que ter mandado um relatório  
403 aprovado pelos CBHs, no início de 2021, para o CRH-DF. Esse relatório ainda não foi elaborado, não houve  
404 manifestação da Adasa nesse sentido. Informamos que para que possamos dar prosseguimento aos trabalhos  
405 do Procomitês, precisamos que a Adasa elabore os documentos necessários. Quem responde isso é a Adasa,  
406 pois a ANA só se relaciona, em relação à implantação do Procomitês, com órgãos gestores estaduais e não  
407 com o CBH. Não temos acesso ao Programa do Procomitês, apenas a Adasa. Então fica esse questionamento  
408 sobre como a Adasa está fazendo para responder as questões dos Procomitês deste ano e do ano passado  
409 que ainda não foi encaminhado. Não podemos perder recursos, estamos sem a cobrança pelo uso de recursos  
410 hídricos, ainda não foi implementada. O Procomitês foi criado para apoiar os comitês do Brasil justamente  
411 nesta fase. São 50 mil reais por ano, por comitê de bacias, 150 mil reais por anos parra o DF e são esses  
412 recursos que não queremos perder. Se não fizermos a lição de casa, no DF, enviando todos os documentos  
413 aprovados no âmbito dos CBHs e do CRH-DF para a ANA, vamos perder esses recursos. Para a Adasa esse  
414 recurso pode não ser muito grande, mas para nós é importante como estamos vendo no caso dos recursos  
415 já mencionados, solicitados para apoio aos trabalhos do GTEA e do GTPSA. Fica mais esse informe  
416 solicitado a Adasa e que permanece sem resposta. **6. Situação da contratação de instituição para apoio**  
417 **aos trabalhos dos CBHs do DF (Adasa).** Ricardo inicia a fala respondendo à pergunta do Pinagé, feita via  
418 chat: “Ricardo, ainda referente a autonomia do CBH Paranaíba DF, pode dar um resumo do andamento da  
419 criação da nossa Agência de Bacia? Ricardo faz uma breve explanação. No chat, Lauro faz a seguinte  
420 colocação: “Sugiro seja solicitado à Adasa, esclarecimentos acerca da implementação da cobrança, para  
421 que possamos implementar providências quanto a criação da Agência de Bacia. Primeiro, uma discussão é  
422 nesse momento que não temos a cobrança instalada no DF, ela está aprovada pelo Conselho de Recursos  
423 Hídricos, e temos uma demanda que já está conosco que é sobre o próximo informe. A diretoria do comitê  
424 de bacias está aqui, em um jogo de ping-pong. O presidente passa a palavra Hudson da Adasa, que coloca  
425 que embora o DF tenha aprovado a cobrança pelo uso aqui no DF, a criação de uma agência de bacias só é  
426 viável com a implementação da cobrança. A cobrança pelo uso que vai financiar a agência de bacias. A  
427 Adasa aprovou a cobrança pelo uso, mas ainda não implementou efetivamente, quando o Distrito Federal  
428 o ente e os comitês e a vontade política vier firme e forte para a implementação da cobrança, será possível  
429 criar ou licitar uma agência de bacias conforme está na lei. Enquanto isso não for feito de verdade a Adasa



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

430 assume o papel de agência de bacias. Não podemos fazer nenhuma criação sem a implementação efetiva  
431 da cobrança. Avançamos quanto a cobrança e é ela quem vai financiar a agência de bacias. Com a palavra  
432 Ricardo que coloca que existem duas situações, a primeira que o Hudson colocou. A segunda, a criação de  
433 uma estrutura temporária. Nessas nossas reivindicações nesses meses, visto que a equipe da CABH Adasa  
434 foi desmontada, está voltada ao cumprimento pela Adasa da função de Secretaria Executiva. Segundo a  
435 Adasa, por mais que ela mantenha a incumbência de Agência de Bacia e Secretaria Executiva dos CBHs  
436 do DF, será contratar uma organização externa, isso foi o que nos foi colocado na reunião com a diretoria  
437 da Adasa. Com a Palavra Hudson, afirmando que a diretoria vai reunir essa semana para aprovar o projeto  
438 dessa estrutura externa para dar um suporte para os comitês de bacias. Já foi montado um projeto que deve  
439 ser licitado, estamos estudando a melhor forma possível, mas o projeto foi aprovado essa semana para apoio  
440 aos comitês e possivelmente virá uma agência de bacias futuramente com a implementação da cobrança.  
441 Acredito que na próxima reunião possamos ter um informe específico, talvez com um edital de licitação ou  
442 algo mais palpável. A proposta foi aprovada na reunião de diretoria e poderei trazer algo mais descrito que  
443 tem de funcionar como agência de bacias. Hoje os comitês de bacias têm agência de bacias, tem, por lei é  
444 a Adasa. Porém se os comitês querem criar uma entidade delegatária, uma agência independente, aí temos  
445 os mecanismos próprios, temos de implementar a cobrança. Para isso, temos todo aquele processo  
446 licitatório. Agora nesse momento, a Adasa está se esforçando para dar o apoio de agência de bacias para os  
447 comitês e contratando esse embrião, esse suporte para os comitês. Com a palavra Ricardo que reforça a  
448 necessidade de que a Adasa trabalhe para dar esse apoio e a questão do site é um desses apoios. A Adasa  
449 colocou que com essa estrutura que está sendo montada, vamos poder voltar a ter o apoio que tínhamos,  
450 inclusive com suporte de tecnologia da informação. Nesse momento a situação do site é algo que precisamos  
451 resolver. Com a palavra Lauro, sobre a fala do Hudson e sobre o que eu visualizei, concordo que se contrate  
452 essa empresa, já articulando para ela vir a ser uma agência de bacias. Ocorre que pela legislação, quem tem  
453 de contratar uma agência de bacias é o comitê. Nesse caso a Adasa, mesmo que tome as providencias dela,  
454 ela deveria articular com o comitê. Articular a criação que o comitê tem de ter iniciativa da agência de  
455 bacias e não a Adasa. Por isso estou sempre cobrando a questão da agência de bacias e da implementação  
456 da cobrança. Estamos devendo no CRH uma definição sobre isso, sobre que tipo de agência vamos querer,  
457 pois ainda não definimos isso e temos que colocar na pauta do comitê a questão da agência de bacias.  
458 Mesmo que não tenha sido implementada ainda a cobrança, nós já temos de antemão começar a tratar do  
459 nosso modelo de agência de bacias. Temos de nos articular com os 3 comitês, pois a cobrança foi uma  
460 deliberação dos 3 comitês, então entendo que a agência de bacias deveria ser pelos 3 comitês. Primeiro que  
461 podemos começar a pensar em uma agência de bacias, analisando o que demanda a lei. Segundo  
462 analisarmos os mecanismos de cobrança e o comitê solicita ao CRH a autorização para criar a agência de



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

463 bacias. Apesar de ainda não estar tendo o dinheiro da cobrança, essas definições têm de começar a serem  
464 implementadas. Começando pela Câmara técnica, passando pela plenária, definir uma agência para os 3  
465 comitês, depois temos um outro ponto, o CRH tem de cadastrar essas empresas que vão participar de um  
466 futuro edital de chamamento. Acredito que isso tem de ser feito com os 3 comitês e já fazer a articulação,  
467 para fazermos o correto e futuramente não sofreremos judicialização. Com a palavra Hudson que concorda  
468 com a fala do Lauro e diz que o fortalecimento dos comitês é importante e eles têm de decidir e tomar a  
469 iniciativa e dizer o que eles querem como determina a lei. A Adasa está cumprindo essa função enquanto  
470 os comitês não se fortalecem e se reúnem dizendo o que eles querem. Querem criar uma agência, querem  
471 aderir a ABHA, querem continuar com a Adasa... eles têm de se manifestar e aprovar isso no Conselho. **7.**  
472 **Ofício nº 1022/2021 – 1ª PRODEMA/MPDFT e solicitação de prorrogação de prazo ao CRH –**  
473 **encaminhamentos da Resolução CRH Nº 7 de 20/11/2020.** O Presidente explica que foi o Conselho de  
474 Recursos Hídricos do DF quem fez essa resolução número 7 de 20 de novembro de dois mil e vinte,  
475 encaminhando para os comitês as formas que seriam a criação dos comitês de bacias. Isso veio para os  
476 comitês para discutirmos. No começo do ano com a destituição da CABH Adasa e a Adasa tendo que  
477 assumir o papel de agência de bacias e os 3 meses iniciais nós sem conseguirmos contato com a diretoria  
478 para que tivéssemos esclarecido o que estava acontecendo. Depois disso, começamos a nos reunir com a  
479 diretoria da Adasa para voltarmos a ter uma estrutura de apoio. Daí, passamos a ter um apoio mínimo que  
480 está sendo fornecido nesse momento pelo Dr. Israel, Devanir e a Letícia que participa da equipe. Isso  
481 passamos a ter depois de abril de 2021, quando voltamos a ter algum apoio aos trabalhos. Isso foi  
482 amplamente relatado no CRH-DF, o Conselho acompanha as dificuldades dos comitês e essas dificuldades  
483 que ocorreram neste ano e mesmo depois de termos voltado a ter esse apoio mínimo da Adasa, não temos  
484 mais o apoio que tínhamos. Com tudo isso, não realizamos a discussão que tínhamos 06 meses para realizar  
485 e isso foi comentado na representação do Comitê no Conselho de Recursos Hídricos. Dissemos que tivemos  
486 os trabalhos dos comitês de bacias prejudicados neste ano, estamos sem cumprir uma série de funções que  
487 vocês estão acompanhando. Até agora não conseguimos aprovar o relatório de 2020 e nem o plano de ação  
488 para 2021 e o ano vai acabar. Essa mudança de apoio por não termos mais o apoio que tínhamos. Acontece  
489 que agora acabou o prazo, o CRH encaminhou um ofício para nós, e eu avisei que vamos pedir prorrogação  
490 desse prazo em função dessa situação. O CRH enviou um ofício dizendo que o prazo terminou. O CRH  
491 encaminhou para o Ministério Público dizendo que os comitês não estão cumprindo com o seu trabalho. O  
492 presidente Ricardo faz a leitura do Ofício nº 1022/2021 – 1ª posterior temos o ofício que o Ministério  
493 Público solicita informações quanto a aprovação da cobrança e nós aprovamos, e agora o MP está  
494 solicitando informações sobre a criação das agências de bacias. O Presidente faz a leitura do ofício. Nota-  
495 se que foi feito o procedimento institucional do CRH ao Ministério Público, pois os comitês não cumpriram



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

496 com o prazo de definir a estrutura da agência de bacias até o dia 9 de junho, mesmo tendo relatado várias  
497 vezes as dificuldades desse ano. Ricardo apresentou esses ofícios e informou que o CBH iria responder ao  
498 Ministério Público, relatando todas as dificuldades vivenciadas nesse ano, inclusive que a Sema/DF e o  
499 CRH estavam acompanhando. Colocou que iria encaminhar ao CRH-DF uma solicitação de extensão do  
500 prazo para a resposta sobre a definição da agência. Nas reuniões anteriores nós encaminhamos isso para a  
501 Câmara Técnica com um prazo de 90 dias para o retorno. O Presidente passa a palavra para o Pinagé que  
502 diz, com relação aos pontos colocados ficou claro, mas tem um outro ponto quanto a empresa que está  
503 sendo contratada se não é possível buscar auxílio da ABHA, solicitar ao CBH Federal, pois se estamos  
504 passando por problemas ao nível do GDF, pois isso é que está me parecendo, vamos apelar ao Comitê  
505 Federal. Se a Adasa vai pagar alguém, um membro do SINGREH pode ser a futura agência de bacias. Como  
506 disse o Lauro, contratar uma ONG é um equívoco. Contratar a base de licitação me parece que não é uma  
507 solução. Como membro do CBH pergunto à Adasa se é possível termos um apoio mais especializado como  
508 a ABHA, visto que uma ONG nunca será igual a uma agência que opere com habilidade. Em resposta, com  
509 a fala o Hudson da Adasa, sobre essa questão e como membro do comitê, professor de direito público, a  
510 criação de uma agência de bacias não compete ao comitê de bacias. As exigências do Ministério Público  
511 são infundadas, visto que a criação da agência depende da proposição do comitê. Ou seja, o comitê tem de  
512 indicar e com isso, ter a viabilidade financeira, e hoje não temos condições financeira para sustentar a  
513 criação de uma agência de bacias. Por isso que se fala da implementação da cobrança. Segundo nossos  
514 estudos, mesmo com a implementação da cobrança, não se sabe se o que vamos arrecadar, vai custear  
515 fazermos uma licitação e contratar uma agência de bacias. Despesa de pessoal, despesa de maquinário e de  
516 todo o administrativo. Então, o comitê simplesmente opina, ele sugere ao CRH a criação, mas para que ele  
517 possa fazer isso, tem que comprovar a viabilidade financeira e hoje não se tem condições. Com a palavra  
518 Lauro que pergunta se não é ocaso de a Adasa consultar a ABHA se ela tem o interesse. Com relação a  
519 resposta que estamos devendo, temos de resolver, pois não podemos criar uma agência de bacias sem ter o  
520 recurso. Podemos iniciar com uma estrutura pequena, precisa-se fazer um orçamento e teremos disponível  
521 de orçamento. Realmente só teremos a agência de bacias quando tivermos orçamento. Acredito que  
522 precisamos definir o que vamos querer. Quando definimos o mecanismo de cobrança não definimos se  
523 vamos querer que a Adasa continue fazendo esse papel ou se vamos adotar a ABHA, ou se vamos criar  
524 uma agência. Acredito que, independentemente do financeiro, vamos optar pela agência de bacias. Quanto  
525 aos recursos, na hora de solicitar ao CRH a agência de bacias, será quando tivermos o financeiro. Com a  
526 palavra Ricardo que explica que existem as questões técnicas e legais e é isso que foi passado, por esse  
527 motivo precisa-se de uma câmara técnica e lá que será levantado o que pode e o que não pode. São duas  
528 questões que estamos discutindo; a questão temporária de apoio, pois existe uma questão legal em que a



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

529 Adasa está verificando. Vou solicitar uma reunião com a diretoria da Adasa para solicitar informações e ter  
530 um norte para termos a informação se nesse momento poderíamos escolher a ABHA como estrutura de  
531 apoio. Com a palavra Fabio, quando estamos falando de estrutura de apoio e isso já aconteceu em diversos  
532 comitês, inclusive no Federal, que era uma secretaria executiva, com estrutura que não é de agência e sim  
533 de secretaria executiva do comitê, foi isso que o Devanir se comprometeu a viabilizar nas últimas reuniões  
534 dentro da Adasa. Agora se essa secretaria executiva vai ser uma ONG, a ABHA ou a Peixe Vivo e se quando  
535 opinarmos, que seja a ABHA, até que para que possamos testar essa relação é uma relação que vem  
536 melhorando, mas que ainda tem de ser testada. A ABHA como secretaria executiva cumpre muito bem o  
537 seu papel, isso eu posso garantir. O que a ABHA precisa melhorar é a parte técnica, mas isso não quer dizer  
538 que tenha outra com uma parte técnica muito boa. Estamos aqui nesse momento para pressionar e Adasa e  
539 dizer para o MP que precisamos de uma resposta contundente sobre a secretaria executiva do comitê porque  
540 essa obrigação é sua. Na minha opinião o Hudson foi muito feliz na fala dele quando disse que nesse  
541 momento não se tem recursos para uma agência, então eu não posso nem discutir a Peixe Vivo, ABHA ou  
542 qualquer uma delas. Podemos nos manifestar em ter uma agência quando tivermos dinheiro, esse é o ponto  
543 que eu gostaria de arrumar na fala do Hudson, quando você afirma que não tem viabilidade financeira e eu  
544 já ouvi isso do CRH-DF algumas vezes, empurrando e sempre pressionando para que aumentássemos os  
545 valores de cobrança no CBH Federal e nós conseguimos contornar na linha que o Lauro falou. A estrutura  
546 da nossa agência será de acordo com a nossa capacidade financeira, não existe isso de inviabilidade  
547 financeira, temos de ter uma agência que se adeque a nossa realidade, daí a vantagem de estarmos puxando  
548 uma ABHA ou a Peixe Vivo porque elas já têm estrutura de agência. Inclusive, a ABHA está cogitando  
549 montar um escritório em Brasília, pois está executando projetos aqui via o CBH Paranaíba Federal.  
550 Precisamos de uma solução de secretaria executiva imediata e essa solução passa pela Adasa responder se  
551 vai fazer ou não. Porque se ela disser que não vai fazer a contratação da secretaria executiva, legalmente  
552 ela terá de exercer isso. O segundo questionamento é se nós entendemos que o ideal é criar uma agência,  
553 essa discussão será encaminhada para a plenária em breve. No meu entendimento podemos construir uma  
554 viabilidade financeira. Ricardo diz que a Adasa se comprometeu a fazer essa contratação cortando recursos  
555 do Procomitês e Progestão, por ela não querer mais cumprir com essa função. A política anterior da nova  
556 diretoria era obter a figura da CABH Adasa, dentro da Adasa, como estrutura de apoio aos comitês e a nova  
557 diretoria já falou conosco e disse que não, não tem mais interesse que seja assim. Querem contratar uma  
558 estrutura temporária para fazer o papel de secretaria executiva. Se pode ou não ser a ABHA, legalmente  
559 falando, eu ainda não tenho a resposta. Coloquei um informe aqui que é a solicitação de recurso que fizemos  
560 para os trabalhos do GTEA e do GT de pagamento por serviços ambientais que precisamos aportar recursos  
561 agora e até então não temos a resposta. Para finalizar essa pauta, gostaria de saber se existe a possibilidade



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

562 de a Câmara Técnica responder dentro do prazo de 90 dias para o colegiado a questão da agência. Com a  
563 palavra Fábio que afirma responder dentro do prazo e buscando a legalidade. Com a palavra Ricardo que  
564 pede para que os membros se manifestem quanto ao prazo a ser solicitado para resposta ao CRH.  
565 Concordam que irão pedir 90 dias para resposta. Lembrando que a carta também será encaminhada ao MP.  
566 **8. Organização do 4º EICOB - 2021.** Ricardo informa que a ideia é organizar uma data entre novembro e  
567 dezembro para estarmos fazendo o referido encontro. A ideia é trazermos alguma colaboração. Tivemos  
568 algumas reuniões com os presidentes dos comitês e o que foi colocado pelo Rodolfo foi que realizássemos  
569 um evento semipresencial. **9. Manifestação CBH – Audiência Pública 003/2021 – Adasa.** Com a palavra  
570 Ricardo, que diz ter encaminhado para a Adasa uma normativa com a preocupação com a questão da nova  
571 normativa que ia ser criada da perfuração de poços no DF. Sabemos que existe um cadastro na agenda da  
572 política ambiental, cadastro de atividades passíveis de degradação de impacto ambiental e fizemos um  
573 questionamento se esse cadastro vai ser criado no DF de perfuração de poços. Valorizamos muito o trabalho  
574 da Adasa nesse ponto, pois já foi denunciado aqui no comitê a perfuração de poços nos finais de semana  
575 aqui no DF, fugindo da fiscalização da Adasa. Inclusive, as empresas que fazem isso, cobram mais caro  
576 para isso. Solicitamos nesse encaminhamento para a Adasa o aumento da fiscalização e o início da  
577 fiscalização, se ainda não ocorrer aos finais de semana e questionamos se podemos fazer uma ligação desse  
578 cadastro de perfuradores de poços com a política ambiental e com o cadastro de atividades de geradores de  
579 impacto ambiental. Esses foram nossos questionamentos, talvez se faça necessário fazer esse  
580 questionamento junto ao CONAM. **10. GT – Educação Ambiental.** Ricardo informa que a Denise teve de  
581 sair da reunião, porém deixou registrado no chat os seguintes informes: “Pessoal, terei que me ausentar,  
582 mas deixo aqui os informes do GTEA: 1. Está em processo a definição da metodologia das oficinas  
583 participativas para a construção do PEA-Paranaíba-DF (Plano de Educação Ambiental do CBH). Um grupo  
584 menor do GTEA está comprometido em fazer o desenho técnico-metodológico das oficinas de maneira  
585 colaborativa. Ficamos no aguardo da liberação de recurso do Procomitês para contratar a(o) facilitador(a)  
586 das oficinas. 2. Temos interesse que a ANA e a ADASA participem desses encontros do GTEA e possam  
587 inclusive contribuir para que as oficinas sejam certificadas como atividades de capacitação aos membros  
588 do sistema. 3. Participei como palestrante em formação de educadores ambientais no Projeto Parque  
589 Educador: cresce a parceria do GTEA na ação futura de monitoramento ambiental participativo das  
590 microbacias do Projeto Parque Educador.” Quanto ao ponto 2, Ricardo informa que esses recursos foram  
591 solicitados para a Adasa, algo em torno de 20 mil reais. Temos interesse em que a Ana e a Adasa participem  
592 desses encontros do GTEA e possam inclusive contribuir para que as oficinas possam ser certificadas com  
593 a atividade de participação como oficinas. Já me comprometi com a Denise e vamos fazer uma articulação  
594 com a Ana e com a Adasa para sabermos se essas oficinas poderão acontecer. Com a palavra Hudson da



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

595 Adasa, quanto a empresa perfuradora de poços, a Adasa está querendo regular um setor para a normatização  
596 dessas empresas perfuradoras. Infelizmente a Adasa não tem o poder de inibir ou de destituir a empresa  
597 perfuradora de poços, temos como combater isso na fonte na raiz, em quem emite e em quem legaliza o  
598 alvará de funcionamento dessas empresas. Tem uma resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,  
599 falando que toda empresa perfuradora tem de estar cadastrada no órgão regulador. Antes de emitir o alvará  
600 de funcionamento dessas empresas, o DF legal deveria consultar se essas empresas estão cadastradas na  
601 Adasa após a emissão da resolução. Isso para o usuário é positivo, pois ele tem a certeza de idoneidade da  
602 empresa regulada e de que ela cumpre com os requisitos legais. Hoje existem empresas que furam poços  
603 nos finais de semana até no Goiás, onde a Adasa não tem competência para atuar ou empresas clandestinas.  
604 Se for possível o comitê encaminhar uma moção ao DF Legal para que eles emitam a licença para as  
605 empresas perfuradoras aqui no DF mediante cadastro na Adasa, quando for publicada essa resolução. Com  
606 a palavra o Presidente que já propõe aprovar a moção de encaminhamento ao DF Legal para que ele  
607 incorpore isso nas emissões de seus alvarás. Em votação todos os membros do comitê, via chat, concordam.  
608 Com a palavra Fábio que pontua essa questão dizendo que esse ponto será travado, pois a Câmara Técnica  
609 é assessorada pela assessoria executiva, nesse caso teremos de discutir com a Adasa toda essa parte  
610 burocrática da Câmara Técnica, pois não temos como elaborar a minuta de moção e deliberação essa  
611 discussão se faz importante, pois o comitê só destrava com a secretaria executiva. Estamos sem condições  
612 alguma de trabalhar, irei responder isso como coordenador da Câmara Técnica para a plenária. É preciso  
613 esse envolvimento, pois estamos fazendo no nosso horário de trabalho da Caesb e dela da Emater. **11. GT**  
614 **– Pagamento por Serviços Ambientais.** Com a palavra Lauro, fizemos as reuniões ordinárias e vimos as  
615 experiências do Pípiripau, do TCJ, município de Balneário Camboriú. Houve várias discussões, de forma  
616 que na última reunião ficou decidido que o que os produtores do descoberto querem em termos de  
617 valoração. A Priscila elaborou um resumo das propostas levantadas e fizemos uma reunião na Emater em  
618 Brazlândia dia 19 do presente mês. Foram levantadas 3 propostas, a primeira é a de valoração da  
619 permanência do produtor na bacia; a segunda, valores emergenciais em caso de crise hídrica; a terceira, a  
620 valoração considerando áreas de recarga. Discutimos esses assuntos e ficou de numa próxima reunião  
621 levarmos elementos com relação aos lucros de um hectare de morango, o que ele teria de ser recompensado  
622 para não produzir. Sugeri que colocássemos vários produtos para termos uma valoração de quanto eles  
623 iriam ter de deixar de produzir. A ideia é formatarmos uma proposta que sejam interessantes aos produtores  
624 e que seja de fato viável, que venha produzir efeitos positivos na questão hídrica. Nesse caso, estamos num  
625 momento desafiador que é chegar a números. Fica difícil termos um valor, pois sabemos que a valoração é  
626 medida pela escarces e infelizmente ainda estamos raciocinando com abundância. Estamos vendo outros  
627 elementos como capital natural, solo, planta e água. Então, temos que pensar em valorar as propriedades



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

628 para evitar que elas sejam inflacionadas dentro de uma nova ótica em que tema questão do crédito de  
629 carbono para que isso se torne mais interessante no futuro. Tem muitas maneiras de o produtor rural ganhar  
630 dinheiro fazendo um projeto adequado, porém para isso, é preciso um rendimento permanente para garantir  
631 água. Estamos com muitos desafios e em breve vamos fazer mais uma reunião para continuarmos esse  
632 assunto. Com a palavra Ricardo, o grupo de PSA solicitou à diretoria do comitê recursos para a contratação  
633 de profissionais que venham da área para contribuir. A dificuldade é acharmos alguém com competência  
634 para contribuir nem que seja com uma palestra sem cobrar por ela. Por isso, solicitamos apoio à Adasa para  
635 uso dos recursos do Procomitês. Solicitei um valor hipotético de 5 mil reais. Não sei se alguma pessoa  
636 cobraria isso para fazer uma participação virtual, um consultor para dar apoio. Devemos buscar uma  
637 contribuição de especialistas e professores de universidades nessa linha ou profissionais e para isso  
638 precisaríamos de recursos. Essa questão coloquei para a Adasa e estamos sem retorno. Manteremos esse  
639 informe sobre a necessidade de recursos ou se conseguiremos viabilizar isso com a Adasa trazendo alguém  
640 para colaborar gratuitamente. Com a palavra Hudson, infelizmente os recursos solicitados do GTA não é  
641 possível, o comitê solicitará esses recursos do Procomitês. Ricardo diz que no GTEA é o uso para a  
642 contratação de facilitador. No caso do PSA seria para trazer alguém para ajudar a elucidar as questões  
643 técnicas. Com a palavra Lauro que diz estar lendo o diagnóstico da Aquaflora e que me parece que a UGP  
644 está se pautando nele para a execução de suas atividades, então talvez essa empresa seja interessante para  
645 discutir conosco, pois está tudo lá. Por exemplo, está dizendo que 70% da sub bacias está preservado.  
646 Poderíamos adotar a seguinte estratégia: pagamento por serviços ambientais localizados no descoberto,  
647 Rodeador, Ribeirão das Pedras, prioritariamente por ali. Tem o levantamento dos hectares, de áreas  
648 preservadas, áreas devastadas. Está tudo quantificado nos relatórios. Precisávamos de pegar e vermos os  
649 pontos fundamentais para servir de parâmetros para analisarmos as coisas. Eu considero um relatório  
650 importante para o nosso trabalho. Acho interessante, pois não se vai pagar por serviços ambientais uma  
651 área que não tem preservação hídrica. Teria de ser algo bem seletivo, até sou contra licitação para o PSA,  
652 teria de ser igual no DF a questão dos avanços do solo no espaço aéreo que é a inexigibilidade de licitação.  
653 Pode até haver um chamamento, mas aí quem tem de haver integração terre o comitê e a UGP. Vejo que a  
654 UGP anda sozinha e os comitês não está tomando conhecimento. Então, nessa definição de PSA os dois  
655 tem de andarem juntos. Porém isso seria na fase de contratação, por exemplo, tem uma causa que eu  
656 coloquei como sugestão que está na lei nº 14.119 – Política Nacional, para constar no contrato do produtor  
657 de que se ele vender, quem comprar tem de cumprir o contrato. Isso são coisas importantes para serem  
658 discutidas, por se tratar de investimentos feitos naquela propriedade, pois depois vem um e derruba tudo.  
659 Ricardo diz que o plano agora é conseguirmos apoio técnico, ou conseguimos de maneira gratuita ou  
660 contrataríamos alguém com recursos do Procomitês. Com a palavra Hudson que sugere que caso o comitê



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

661 tenha dificuldade para elaborar as moções que peça o apoio da Adasa, pois legalmente ela ainda é a  
662 secretaria executiva do comitê e tem de prestar esse apoio. Temos de fazer as moções para agilizar tanto da  
663 reunião passada como dessa e temos corpo técnico disponível para isso. **12. GT – Ribeirão Sobradinho.**  
664 Com a palavra Claudio Odilon da Adasa, explicando que estava de férias e o Irvin do Ibram que faz parte  
665 do GT e é membro do CBH. Ele trará as informações e no final gostaria de passar um vídeo. Coma palavra  
666 Ivin, vou dar uma atualização do panorama dos estudos de criação de unidade de conservação e  
667 recategorização das unidades de conservação na área do Ribeirão Sobradinho. Esse processo corre no Ibram  
668 e está em fase de estudos, já apresentamos em um determinado momento. Apresentarei o plano de trabalho  
669 que foi aprovado em maio e que está em execução. Estamos na fase do diagnostico ambiental na fase de  
670 estudos. O primeiro produto que seria entregue, seria o diagnostico socioeconômico, previsto para o final  
671 de julho, contudo foi feita uma solicitação de dilação de prazo para poder agregar mais informações nesse  
672 relatório. O relatório tem informações suficientes para atender ao Termo de Referência, mas foi solicitado  
673 essa dilação de prazo para que consiga acrescentar mais informações. Ricardo pergunta se esse é o projeto  
674 que está sendo elaborado, esse é o projeto da Votorantim. Esse estudo parece que estava com alguma  
675 restrição do ICMBio que não tinha aprovado uma parte do estudo. Irvin diz que essas questões foram todas  
676 sanadas e isso trouxe um atraso no cronograma que são as licenças do SISBIO que é de fauna e flora, mas  
677 tudo isso está em andamento, conforme olhei no processo antes de ingressar na reunião. Não sei se ele já  
678 detém a licença do SISBIO mas eles fizeram todas as solicitações e talvez ainda esteja aguardando a análise  
679 do ICMBio. Temos o plano de trabalho e as datas contidas nele foram aprovadas no Termo de Referência.  
680 A etapa de planejamento foi vencida em maio, momento em que emitimos um parecer com o plano de  
681 trabalho. Desde então, começou a etapa do diagnostico ambiental, onde eles fazendo a coleta de dados  
682 secundários já começam as preparações para as campanhas. Tem campanhas que precisam de coletas de  
683 dados na época da chuva e na época da seca. Como algumas licenças demoraram para sair não foi possível  
684 fazer como estava planejado o início dos trabalhos no período de chuva, trouxe um atraso ao cronograma.  
685 O andamento dos estudos estão dentro do previsto a fase do diagnóstico é mais demorada porque tem a fase  
686 da coleta de dados ao longo de um período. Na proposta três vem a proposta das poligonais, proposta de  
687 criação das unidades de conservação. Propostas já definidas e com as categorias indicadas. Depois vêm as  
688 etapas de conta pública, com toda a sociedade tem condições de contribuir, contestar, colaborar no processo  
689 de criação. Por fim temos os memoriais descritivos que é quando temos definido exatamente a poligonal,  
690 depois de termos feito a consulta pública, pois pode ter algum questionamento a respeito de questões  
691 fundiárias. Pode mudar a proposta na etapa três e depois de aprovado e passado na consulta pública, vem a  
692 elaboração dos memoriais descritivos para que a criação já venha com a poligonal definida no próprio  
693 decreto ou instrumento normativo que vai criar a unidade de conservação. Estamos na etapa dois com vários



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

694 estudos sendo desenvolvidos, inclusive na parte de campo e uso de flora. Poderia ter visto com nosso grupo,  
695 mas ainda não sei se o pessoal da flora já conseguiu autorização com o SISBIO. Na última reunião com a  
696 comissão os pedidos já haviam sido encaminhados, estava dependendo da autorização do ICMBio. Por fim,  
697 apresentarei os produtos que serão elaborados pela consultoria que são os diagnósticos da fauna, flora e  
698 diagnóstico socioeconômico que já está pronto mais vai receber mais algumas informações e então será  
699 apresentado mais à frente. Será o primeiro produto já entregue no final de julho e que foi dilatado o prazo  
700 por mais três meses. Temos todo o diagnóstico de infraestrutura, tem a análise socioambiental, dados  
701 espaciais. Serão feitas análises integradas para trazer um prisma mais amplo da proposta da criação das  
702 unidades considerando a questão da microbacia. Posterior temos a proposta da categoria das unidades de  
703 conservação. Vale lembrar que esses estudos são sendo feito a partir da desconstituição de algumas  
704 unidades de conservação que estão passando por uma ação de inconstitucionalidade. As unidades  
705 desconstituídas, serão propostas a recriação delas dentro do processo devido que será a elaboração desses  
706 estudos que estão sendo desenvolvidos. A partir dos estudos realizados por essa consultoria, teremos o  
707 estudo que atenda a exigência para que se tenha estudos técnicos para a criação das unidades. A partir disso,  
708 encaminharemos para a criação das unidades de conservação do poder executivo. Com a palavra Cláudio  
709 Odilon que solicita a passagem de um vídeo. Que diz ter recebido o vídeo no dia 09-08 do ambientalistas  
710 do Ribeirão Sobradinho. Esse esgoto fica na quadra 01 ao lado da ETE, segundo foi informado. Acredito  
711 que o ponto é o mesmo que tivemos a um tempo atrás. Não sei se se trata de um lançamento da Caesb.  
712 Podemos ver que isso é um lançamento in natura de esgoto. Eu solicitei que eles formalizassem uma  
713 denúncia na ouvidoria do GDF para que ficasse formalizado mais uma vez essa situação. Tivemos uma  
714 visita técnica e de lá saiu uma deliberação e encaminharíamos para alguns órgãos aquela primeira etapa que  
715 já havíamos feito na visita técnica. Acredito estar na hora de marcarmos uma segunda visita técnica,  
716 convidando a Caesb para vermos alguns lançamentos, até porque na primeira visita realizada a Caesb não  
717 estava presente e eu acredito ser importante estar presente nas visitas, para juntos constatar algo que  
718 ela as vezes já tenha conhecimento. No processo instruído pelo Irvin, acredito que ele possa falar um pouco  
719 sobre os encaminhamentos realizados na primeira vistoria. Com a palavra Irvin, ainda não temos a  
720 conclusão do relatório para encaminhar aos órgãos competentes. Com a palavra Ricardo que tem um vídeo  
721 no mesmo sentido e acredita que o tubo da Caesb de sobradinho maior e o que me preocupa é que parece  
722 ser esgoto in natura sendo lançado no ribeirão. O Presidente Ricardo cumprimenta os membros ainda  
723 presentes e declara encerrada a reunião.

724

725

726



CBH PARANAÍBA - DF

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

727

728

729

730

RICARDO TEZINI MINOTI

Presidente